

A enfermeira que virou ilustração e os quilombolas contra a covid-19 no Pará

The nurse who became an illustration and the quilombolas against covid-19 in Pará

La enfermera que se convirtió en ilustración y los quilombolas contra el covid-19 en Pará

Veridiana Barreto do Nascimento^{1,a}

veridianaiespes@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-4655-9670>

Débora Marcião dos Santos^{1,2,b}

debeokjin@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0007-3178-9971>

Luciana Gonçalves de Carvalho^{1,2,c}

luciana.carvalho@ufopa.edu.br | <https://orcid.org/0000-0001-7916-9092>

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Santarém, Pará, Brasil.

² Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Antropologia e Arqueologia. Santarém, Pará, Brasil.

^a Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo.

^b Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

^c Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever as experiências de comunicação sobre saúde, desenvolvidas com comunidades quilombolas na Amazônia, através de mídias sociais durante a pandemia de covid-19. A disseminação de mensagens educativas foi uma das alternativas utilizadas pelas organizações quilombolas e por seus parceiros, para proporcionar informação e orientação sobre saúde. São apresentadas experiências acumuladas a partir das ações desenvolvidas por voluntários, no período de 2020 a 2022. Entre as mídias digitais e as estratégias utilizadas, destacam-se os *cards* digitais produzidos e distribuídos, principalmente, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. Refletimos sobre a importância do uso das mídias sociais como instrumentos de comunicação educacional para a promoção da saúde e prevenção da covid-19, em uma era tecnológica que potencializa trocas intensas de informações e conhecimentos. No caso abordado, a educação sobre saúde, através de mídias sociais/digitais, mostrou-se um instrumento essencial para a minimização dos impactos da covid-19 na população quilombola.

Palavras-chave: Quilombolas; Acesso à informação; Redes sociais; Documentos iconográficos; Inclusão social.

ABSTRACT

This article aims to describe the health communication experiences developed with quilombola communities in the Amazonia through social media in the covid-19 pandemic. The dissemination of educational messages was one of the alternatives used by quilombola organizations and their partners to provide health information and guidance. Accumulated experiences are presented based on the actions carried out by volunteers in the period from 2020 to 2022. Among the digital media and strategies used, most important are the digital cards produced and distributed mainly through the WhatsApp Messenger. We reflect on the importance of using social media as educational communication tools for health promotion and prevention of covid-19, in a technological era that intensifies intense exchanges of information and knowledge. In the case approached here, health education through social/digital media proved to be an essential tool for minimizing the impacts of covid-19 on the quilombola population.

Keywords: Quilombola; Information access; Social network; Iconographical materials; Social inclusion.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir las experiencias de comunicación en salud desarrolladas con comunidades quilombolas de la Amazonia a través de las redes sociales durante la pandemia de covid-19. La difusión de mensajes educativos fue una de las alternativas utilizadas por las organizaciones quilombolas y por sus aliados para proporcionar información y orientación sobre salud. Se presentan experiencias acumuladas a partir de las acciones desarrolladas por voluntarios en el periodo de 2020 a 2022. Entre los medios digitales y estrategias utilizados, se destacan las tarjetas digitales producidas y distribuidas principalmente a través de la aplicación de mensajería WhatsApp. Reflexionamos sobre la importancia de utilizar los medios sociales como herramientas de comunicación educativa para la promoción de la salud y la prevención de la covid-19, en una era tecnológica que potencia intensos intercambios de información y conocimiento. En el caso relatado, la educación para la salud a través de medios sociales/digitales demostró ser una herramienta esencial para minimizar los impactos de la covid-19 en la población quilombola.

Palabras clave: Quilombolas; Acceso a la información; Redes sociales; Documentos iconográficos; Inclusión social.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Veridiana Barreto do Nascimento.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Veridiana Barreto do Nascimento, Débora Marcião dos Santos.

Redação do manuscrito: Veridiana Barreto do Nascimento.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Luciana Gonçalves de Carvalho.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: não houve.

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará- Malungu e ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente-Sacaca.

Histórico do artigo: submetido: 26 maio 2023 | aceito: 22 set. 2023 | publicado: 15 dez. 2023.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Os remanescentes das comunidades de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais dotados de relações territoriais específicas e trajetória histórica própria, presumidamente relacionada com a ancestralidade africana e a resistência à escravidão e a outras formas de coerção e injustiça que sucederam à abolição da escravatura, em 1888 (Brasil, 2003). Cem anos após esse ato, tais grupos foram reconhecidos como sujeitos de direitos universais e específicos na Constituição Federal do Brasil, particularmente no que tange às dimensões territoriais, ambientais e culturais entrelaçadas em seus modos de vida (Brasil, 1988).

Malgrado a implementação de programas e projetos que visam à efetivação de seus direitos no âmbito de políticas públicas de reparação, as comunidades de quilombo – doravante quilombolas, conforme a autodefinição mais usual – seguem desassistidas em diversos aspectos: saúde, educação, infraestrutura de comunicação, saneamento e transporte, entre outros que impedem a superação dos prejuízos históricos imputados aos descendentes de africanos escravizados no Brasil colonial e imperial (Jesus, 2020). Neste artigo, destacam-se os obstáculos enfrentados por elas para terem acesso ao sistema oficial de saúde, bem como as formas de auto-organização desenvolvidas para contorná-los.

Os problemas relativos à saúde da população quilombola são amplamente conhecidos, e diversos especialistas já os abordaram, concluindo que a inexistência de políticas públicas exclusivamente voltadas para esses grupos contribui para a multiplicação de programas e projetos pouco ou nada condizentes com sua realidade, o que compromete a busca de assistência e a adesão a cuidados com a saúde individual e coletiva (Fenner *et al.*, 2018; Freitas *et al.*, 2011; Pereira; Mussi, 2020; Simonard *et al.*, 2020). Por outro lado, têm sido igualmente estudados os arranjos autônomos criados pelas comunidades quilombolas para driblar a dificuldade de acesso ao sistema oficial de saúde, valendo-se de especialistas locais e conhecimentos tradicionais associados a recursos naturais (Nascimento; Arantes, Carvalho, 2022). Há, ainda, boas análises de iniciativas que conjugam recursos comunitários com o aporte de órgãos e/ou profissionais de saúde (Caldeira; Santos, 2022; Lima *et al.*, 2021).

Nesse vasto campo de reflexões, a contribuição específica deste trabalho reside na abordagem de experiências de comunicação sobre saúde, desenvolvidas com comunidades quilombolas na Amazônia, através de mídias sociais, principalmente durante os dois primeiros anos da pandemia de covid-19. Os cuidados de prevenção, controle e tratamento da doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, da família *coronaviridae*, constituíram o tema central das ações de comunicação. Já o principal cenário dessas ações foi o ambiente virtual do aplicativo de mensagens WhatsApp, por ser a rede social mais usada pela população quilombola no Brasil, como reconhecem Lopes, Caetano e Cardoso (2022); entretanto, outras redes como Instagram, Spotify e YouTube também foram usadas para transmitir orientações sobre o tema em questão, em suportes textuais, visuais, sonoros ou audiovisuais.

Este artigo focaliza, privilegiadamente, o uso de *cards* (espécies de cartões digitais) elaborados com textos e imagens, a fim de informar a população quilombola sobre a pandemia de covid-19 e os necessários cuidados para lidar com surtos potenciais ou instalados em seus territórios. Como são bastante flexíveis no que tange à forma e ao conteúdo, além de facilmente replicáveis em diferentes mídias sociais, *cards* informativos sobre saúde tornaram-se muito usuais durante a pandemia (LIMA *et al.*, 2021). O que singulariza as peças ora abordadas é a estratégia usada em sua produção, que envolveu a criação de personagens ilustrados a partir de fotografias de pessoas de referência para as comunidades quilombolas do Pará com o intuito de promover uma comunicação mais direta e persuasiva com esse público.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Descoberta no final de 2019, na China, a covid-19 caracteriza-se por infecções respiratórias, com diversas manifestações clínicas, que podem evoluir de tosse, febre e congestão nasal à pneumonia grave. Altamente contagiosa e potencialmente letal, essa doença rapidamente se espalhou a partir da Ásia para todos os continentes (Lana *et al.*, 2020). Desde que a pandemia de covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, diversas medidas foram implementadas para reduzir sua transmissão, tais como: uso de máscaras, práticas de higienização das mãos, restrição de contatos face a face, detecção de casos, rastreamento de contatos, quarentenas e uma ampla e acelerada divulgação de informações sobre essa doença (Adhikari, 2020).

O Brasil foi um dos países mais afetados pela covid-19, registrando 37.204.677 de casos e 699.917 óbitos causados pelo SARS-CoV-2 desde março de 2020 até 21 de março de 2023, segundo dados do Painel Coronavírus (Brasil, 2023). No território nacional, contudo, a doença espalhou-se, manifestou-se e foi monitorada de maneira desigual, expressando disparidades regionais e iniquidades sociais preexistentes (Arruti, 2020). Exemplo disso é que, embora a primeira notificação de um caso confirmado de covid-19 no Brasil tenha ocorrido em fevereiro de 2020, somente em julho foi aprovada a Lei nº 14.021/2020, que instituiu um plano emergencial de enfrentamento à covid-19 nos territórios indígenas, estipulando também medidas de apoio a demais comunidades tradicionais (Brasil, 2020). Apesar da citada lei, porém, foi necessário propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742 para que, em março de 2021, o Ministério da Saúde (MS) incluísse dois novos campos nas fichas de notificação com a finalidade de registrar a condição de membros de povos e comunidades tradicionais, entre os quais quilombolas, para subsidiar medidas de controle da pandemia nessa população (Brasil, 2022).

A negligência e a morosidade dos poderes públicos aumentaram a vulnerabilidade das comunidades tradicionais à covid-19, que buscaram por conta própria estratégias de proteção e cuidado no contexto pandêmico. Entre os quilombolas do Pará, a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu) teve um papel pioneiro na identificação da gravidade do problema a ser enfrentado, quando ainda havia muitas dúvidas sobre a evolução da doença em solo brasileiro.

Congregando cerca de 200 organizações representativas de mais de 500 quilombos existentes no Pará (Carvalho *et al.*, 2022), a Malungu antecipou-se ao Estado ao criar um comitê próprio para o enfrentamento da covid-19, em fevereiro de 2020. O quilombola do município de Moju e consultor de projetos da Malungu, Raimundo Magno Nascimento, rememorou em um relato de experiência as preocupações que levaram à criação desse comitê:

Nos quilombos do Pará, bem no início da pandemia do Brasil, já se manifestava uma preocupação muito grande porque nós conseguimos visualizar, ainda em janeiro de 2020, que a doença já estava acometendo muita gente fora do Brasil. Antevendo o problema que enfrentaríamos, Valéria sempre dizia isto: “Se a doença está acometendo tanta gente lá fora, em países com mais infraestrutura e melhor serviço de saúde, e que têm população muito menor que o Brasil, imagina quando essa doença chegar ao contexto em que vivem os povos tradicionais da Amazônia, com sua geografia e cultura?!” [...]. Então, já no início de 2020 a Malungu começou a se preparar e se organizar para enfrentar os problemas que viriam pela frente. Nós sabíamos que os quilombolas iriam adoecer e teriam dificuldade para ter acesso ao serviço de saúde; sabíamos também que muitos poderiam vir a falecer, e nós teríamos dificuldade de dar suporte a suas famílias, uma vez que a política pública do Estado brasileiro não é estruturada para assistir as comunidades tradicionais. Não há estruturas de Estado criadas para atender de forma justa e digna não só aos quilombolas, mas aos indígenas, camponeses e ribeirinhos, ou seja, os povos tradicionais de maneira geral (Nascimento, 2021, p. 255-256).

Foi no âmbito do referido comitê, do qual uma das autoras deste artigo fez parte, que surgiram as iniciativas de produção de materiais informativos sobre a covid-19, especificamente dirigidos à população quilombola. Em parte, essas iniciativas responderam à percepção das comunidades quilombolas de terem sido abandonadas pelo Estado, que não lhes destinou qualquer tipo de atenção diferenciada, apesar de sua condição de acentuada vulnerabilidade social. Por outro lado, a criação de materiais próprios foi fomentada pela percepção da invisibilidade da população negra e quilombola em abordagens universalistas da saúde, que desconsideram especificidades de sua condição étnico-racial.

MATERIAIS E MÉTODOS

As ações focalizadas neste texto foram realizadas voluntariamente por um grupo de profissionais e estudantes, quilombolas e não quilombolas, em resposta a um pedido de ajuda veiculado pelo consultor de projetos da Malungu no grupo de WhatsApp Quilombolas do Pará, que reunia quase 240 pessoas em março de 2020, entre elas uma das autoras deste artigo. O apelo ao grupo, via rede social, fora uma decisão do comitê de enfrentamento da covid-19, criado no mês anterior, que, até então, era integrado por dirigentes da Malungu, líderes comunitários e alguns colaboradores externos que interagiam pessoalmente, na sede da entidade, em Belém, e através do WhatsApp, no âmbito do grupo Comitê Quilombola.

Expandir as redes de colaboração desse comitê, com a inclusão de pessoas de diversas áreas de conhecimento e com atuação fora de Belém, tornara-se fundamental para atender a demandas que iam desde a arrecadação e distribuição de cestas básicas até o assessoramento jurídico em contendas relativas aos direitos de ir e vir em territórios que adotaram barreiras sanitárias como estratégia para conter a circulação do SARS-CoV-2 (Carvalho *et al.*, 2021). Além disso, a necessidade de melhorar as formas de comunicação da Malungu com as comunidades representadas, sediadas em cerca de 60 municípios paraenses, fazia-se urgente, pois havia muitas dúvidas a respeito do alcance e dos efeitos da pandemia entre elas, alimentadas inclusive por gestores públicos.

Como Luciana Carvalho integrava o grupo Quilombolas do Pará, devido à sua prolongada atuação como professora, pesquisadora e extensionista junto a comunidades quilombolas do estado, o chamado do comitê foi replicado nas redes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Sacaca/Ufopa). Dessa maneira, atraiu profissionais e estudantes de antropologia, enfermagem, ilustração, design gráfico e ciências ambientais, todos dispostos a atuar em diferentes frentes de apoio à Malungu, mas principalmente no que se referia à comunicação e à orientação sobre saúde para as comunidades quilombolas. Criou-se, então, o projeto de extensão Sacaca & Malungu contra o coronavírus nas comunidades quilombolas do Pará, com uma equipe central e permanente composta por quatro pessoas, às quais, eventualmente, se juntavam-se outros voluntários, acionados conforme a necessidade.

Esse grupo começou a trabalhar em abril de 2020, sendo que, inicialmente, Luciana Carvalho recebia, via WhatsApp, demandas mais ou menos objetivas de um membro do comitê de enfrentamento da covid-19, responsável pela articulação da Malungu com colaboradores externos. Por seu intermédio, chegavam diversas solicitações: ora pontuais, ora difusas, que exigiam encaminhamentos diferentes. Por exemplo, eram frequentes solicitações de produção de *cards* ou *banners* contendo informações específicas e diretas. Nesses casos, a coordenadora as repassava para um ou mais membros da equipe, levando em conta as respectivas competências. Em outras situações, as demandas eram pouco definidas, baseadas em percepções difusas de membros da Malungu acerca de problemas que exigiam interpretação e tradução, antes da proposição de meios de abordá-las em materiais informativos. Para tanto, a equipe precisava levantar dados, elaborar e reelaborar textos, avaliar diversos suportes para comunicar o necessário e formular uma proposta inicial ao comitê para se certificar da pertinência dos meios aventados.

Entre a equipe, as discussões relativas às propostas a serem executadas ocorriam através do WhatsApp, via conexões privadas ou em um grupo criado especificamente para esse fim. A apresentação dos produtos ao comitê da Malungu também se fazia via grupo no WhatsApp, para sua avaliação preliminar, que podia resultar na aprovação ou na correção/reformulação dos materiais para posterior divulgação no grupo Quilombolas do Pará. Os membros desse grupo, por sua vez, encarregavam-se de repassar as informações para suas redes pessoais. Luciana Carvalho também as compartilhava com o grupo Observatório Quilombola, que fora criado no ambiente do WhatsApp, em 2019, com o objetivo de manter uma rede nacional de colaboração e um intercâmbio de informações coletadas na imprensa e em mídias sociais, assim como de informes locais das próprias comunidades quilombolas.

A rápida evolução da pandemia fez com que esse fluxo de tramitação das demandas se revelasse moroso demais. Como as intervenções no contexto pandêmico tornavam-se cada vez mais urgentes, informações sobre a covid-19 precisavam ser constantemente atualizadas e divulgadas. Logo, na primeira quinzena de abril, Luciana Carvalho foi incluída no grupo Comitê Quilombola, passando à condição de membro e não só colaboradora do comitê. Um pouco depois, a enfermeira Veridiana Nascimento, que integrava a equipe central constituída na Ufopa, também foi agregada a esse grupo.

Essas providências agilizaram os processos de tomada de conhecimento das questões que afligiam o comitê, bem como de proposição e avaliação (aprovação ou correção) das possíveis respostas a tais questões, ao mesmo tempo que contribuíram para reforçar o espírito de colaboração e confiança mútua entre os coletivos apartados pela distância geográfica. Cabe ressaltar que, embora a comunicação via WhatsApp tenha sido adotada, inicialmente, devido à necessidade de distanciamento social, a facilidade e a agilidade da interlocução propiciada por essa rede social fizeram com que ela se tornasse uma ferramenta de trabalho indispensável, até mesmo depois da retomada de atividades presenciais na Ufopa.

Utilizando o recurso das mídias, portanto, com o objetivo de alcançar diferentes segmentos nas comunidades quilombolas do Pará, foram elaborados informativos sobre covid-19 em suportes e estilos variados: boletins, faixas/*banners*, vídeos, radionovela e *podcasts*, além dos *cards* abordados mais detalhadamente neste texto. O Quadro 1 apresenta uma breve descrição de cada tipo de informativo, as mídias sociais e o período em que circularam, bem como os temas ou mensagens centrais que carregavam e o público preferencial a que se dirigiam. Em seguida, algumas estratégias metodológicas usadas nos processos de criação e divulgação são pormenorizadas e ilustradas com alguns exemplares dos referidos materiais.

Quadro 1 – Tipos de informativos sobre covid-19

Material	Descrição	Mídias sociais	Período	Temas/mensagens centrais	Público preferencial
Boletins epidemiológicos	150 cards	WhatsApp	Maior 2020/ Fev. 2022	Número de casos de covid-19 e óbitos causados por essa doença entre quilombolas do Pará	Adultos Jovens Idosos
Faixas/Banners	7 artes para impressão	WhatsApp e impressos	Abr./Maior 2020	Proibição de entrada	Pessoas externas às comunidades
Vídeos	8 vídeos	YouTube WhatsApp	Abr. 2020/ Set. 2021	Como lavar as mãos sem água corrente. Como manusear a máscara de proteção facial. Como lavar a máscara de tecido. Quilombolas idosos falando da vacina.	Adultos Jovens Idosos
Radionovela	4 episódios	Spotify WhatsApp		Fique em casa. Acredite na ciência. O coronavírus não foi embora. Por que ficar em casa.	Mães Crianças Idosos
Podcast	22 arquivos sonoros	Spotify WhatsApp	Jan./Out. 2021	Quem já teve covid pode se reinfetar? Como se prevenir da doença? A segunda onda de covid no Pará. Quilombola, fica na comunidade! Vacina contra covid-19. Posso tomar vacina se tenho sintomas de covid-19? Crianças e adolescentes podem tomar vacina? Vacina e medicamento controlado. Quem já teve covid pode tomar vacina? Depois da vacina, ainda tenho que usar máscara? A vacina é obrigatória? A pandemia de covid ainda não acabou. Cuidado dobrado em Dia de Finados. Se liga no dia da vacina! A vacina é a melhor estratégia coletiva para evitar a covid-19. Cuidados após a vacina. Volta às atividades regulares. Máscaras e vacinação. Passaporte vacinal. Gripe e covid-19. Terceira dose da vacina.	Adultos Jovens Idosos
Cards	+ 50 cards	WhatsApp Instagram	Abr.2020/ Dez. 2021	Prevenção da covid-19 Vacinação	Crianças Jovens Adultos Idosos

Fonte: elaborado pelos autores.

Boletins epidemiológicos

Diante da ausência de medidas oficiais de acompanhamento dos casos de covid-19 nos quilombos paraenses, o boletim epidemiológico foi uma ferramenta criada de modo autônomo pela Malungu para monitorar a evolução dessa doença (Figura 1). Os próprios quilombolas desenvolveram uma prática de vigilância comunitária para identificar e registrar as ocorrências relativas à covid-19 nas respectivas comunidades (casos suspeitos, casos confirmados, óbitos). Em seguida, esses registros eram repassados a um membro do comitê, que os sistematizava conforme o tipo de ocorrência e os informava ao designer gráfico da equipe de voluntários da Ufopa, que então elaborava os boletins na forma de cards facilmente divulgados através do WhatsApp. Entre maio de 2020 e fevereiro de 2022 aconteceu a produção dos boletins de casos.



Figura 1 – Boletins de caso de covid-19 nos quilombos do Pará

Fonte: Arquivo da Malungu.

Faixas/Banners

Foram produzidas por um designer gráfico em formato apropriado para impressão em vinil, com a finalidade de sinalizar portões e vias de acesso às comunidades quilombolas que instalaram barreiras sanitárias em seus territórios, embora também tenham circulado via WhatsApp. Na confecção dessas peças, cabe destacar o uso de mensagens textuais e fotos de quilombolas, seja nas próprias barreiras sanitárias, seja veiculando ideias positivas a respeito delas (Figura 2).



Figura 2 – Banners informativos

Fonte: Arquivo da Malungu.

Vídeos

Houve dois tipos de vídeo. Os do primeiro tipo foram produzidos logo no início da pandemia e protagonizados pela enfermeira Veridiana Nascimento, que transmitia dicas para higienização de mãos e uso correto de máscaras. Já os do segundo tipo são aqueles gravados por quilombolas idosos vacinados nas primeiras fases do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (PNO), que compartilharam suas sensações após a imunização para incentivar seus pares a tomarem a vacina. Todos foram gravados em cenários semelhantes aos das comunidades quilombolas, quando não nelas próprias, com auxílio de aparelho de telefone celular e, posteriormente, editados por profissionais de audiovisual. Na edição, foram inseridas telas de abertura e encerramento, com sonorização e logotipos da Malungu e parceiros.

Radionovela

A radionovela foi composta por quatro episódios em que se destacaram diálogos dramatizados por duas pessoas, representando, ora vizinhas, ora mãe e filha. Os diálogos abordaram dúvidas e controvérsias sobre as formas modos de prevenção da covid-19, inclusive a vacina, cujo teor foi inspirado em questões, relatos e discussões reais compartilhadas no grupo de WhatsApp dos quilombolas. Gravados em áudio com aparelho celular, os episódios eram curtos, baseados em linguagem simples e no modo de falar das próprias comunidades quilombolas paraenses, e aludiam a elementos característicos de suas paisagens, como portos e barcos de linha, por exemplo.

Podcast

As mensagens de áudio, com cerca de 60 segundos cada, foram gravadas por Veridiana Nascimento com auxílio de telefone celular e lançadas no grupo de WhatsApp Quilombolas do Pará, bem como no canal do Sacaca, na plataforma Spotify. Alguns quilombolas criaram estratégias singulares para transmitir as mensagens para um maior número de pessoas, inclusive em comunidades onde não se tem acesso à internet. Por exemplo, houve casos em que baixaram e salvaram os arquivos sonoros em *pendrives*, e os conectaram a caixas de som acopladas a veículos como barco, carro, moto e bicicleta, que circulavam nas comunidades, alertando sobre a importância das medidas de prevenção contra a covid-19.

Cards variados

Os *cards* ou cartões digitais foram elaborados por dois profissionais de design gráfico, Gabriel Baena e Débora Marcião, com ilustrações próprias, ou com vetores gráficos, obtidos a partir de sites de banco de vetores de acesso gratuito, e com textos fornecidos por membros do comitê de enfrentamento da covid-19 na Malungu, inclusive duas autoras deste artigo.

Até meados de 2020, as peças foram predominantemente feitas com vetores extraídos daqueles bancos, observando-se dois critérios fundamentais: a ênfase na representatividade de pessoas negras nos *cards* que ilustrassem seres humanos e o emprego de cores geralmente associadas ao movimento quilombola (verde, amarelo, vermelho), e ao luto (preto e roxo), dado o pesar pela perda de pessoas acometidas pela covid-19. As mensagens referiam-se, principalmente, à prevenção contra a covid-19.

Em 2021, ocorreram novas ondas e picos de contaminação pelo novo coronavírus, mas também fases sucessivas de campanhas de vacinação, gerando sensações mistas de medo e alívio, além de dúvidas quanto ao fim da pandemia e à necessidade de manutenção de medidas preventivas. Para lidar com as novas questões e estabelecer uma comunicação mais direta com as comunidades quilombolas, a equipe recorreu à produção de ilustrações a partir de fotos de pessoas de sua confiança, por exemplo: da enfermeira Veridiana

Nascimento, que as atendia remotamente, de coordenadores da Malungu, de membros das próprias comunidades e de líderes do movimento quilombola no Pará.

O USO DE CARDS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NOS QUILOMBOS PARAENSES

Diante da necessidade de oferecer às comunidades quilombolas do Pará um acesso fácil e rápido a informações cientificamente validadas sobre prevenção e controle da transmissão do novo coronavírus, a produção e divulgação de *cards* contendo elementos visuais e textos curtos mostrou-se útil e eficaz, uma vez que esses materiais digitais atingem leitores e não leitores (Almeida, 2017; Brasil, 2012), desde que tenham acesso a um telefone celular e à internet. Com efeito, usuários do WhatsApp e de outras mídias sociais frequentemente compartilharam *cards* na pandemia, com instruções sobre o modo adequado de vestir, manusear e lavar máscaras de proteção facial, por exemplo.

Apesar da aparente simplicidade, a confecção de *cards* envolve fatores complexos como a linguagem, a cultura, o meio social e as demandas do receptor, entre outros que afetam a capacidade de persuasão, seja na divulgação de produtos e serviços, seja na comunicação educativa sobre saúde (Falkenberg *et al.*, 2014; Oliveira, 2020). Segundo Morosini, Fonseca e Pereira (2008), o elo entre a educação e a saúde deve estar alicerçado no pensamento crítico sobre a realidade, e a ação educativa deve constituir uma via para a transformação de condições coletivas e individuais, com o objetivo de promover a saúde como direito de todos a partir de sua autonomia e emancipação histórico-social.

Nas experiências ora abordadas, o uso das mídias sociais como ferramentas educativas para enfrentamento da pandemia de covid-19 procurou atender a determinadas condições elencadas por Barbosa (2010), reconhecendo as potencialidades desses canais de comunicação para estimular comportamentos adequados à preservação da saúde e condizentes com a realidade das comunidades quilombolas, desconsiderada em grande parte dos informativos produzidos para o público geral. Buscou-se, portanto, usar a comunicação através de *cards* compartilhados em redes sociais:

[...] de forma coerente, incrementando e dinamizando os processos metodológicos de ensino-aprendizagem, desenvolvendo habilidades e motivando os sujeitos na sua criatividade, autonomia, apreensão de conhecimento e construção de novos saberes, numa comunidade que proporciona a sua construção de forma interativa e colaborativa, favorecendo as trocas mútuas, o intercâmbio e aprimoramento do conhecimento (Barbosa, 2010, p. 8).

Os *cards* relativos à covid-19 foram usados com o intuito de informar e influenciar decisões de indivíduos e grupos, no sentido de promover a saúde individual e coletiva. Para tanto, a comunicação visual e textual procurou estimular o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado e a evitação de condutas que, de modo geral, trouxessem riscos à saúde. Contudo, é importante ressaltar que, embora fossem pautadas em protocolos mundiais das organizações de saúde, as informações de cunho técnico-científico veiculadas nos *cards* foram adaptadas ao contexto local e à linguagem usual nas comunidades quilombolas paraenses, a fim de garantir a equidade no processo de educação em saúde para essa população.

O primeiro *card* lançado pela equipe, em abril de 2020, se distinguiu de uma série de materiais semelhantes que até então circulavam nas redes sociais, nos quais predominavam representações de um corpo humano, supostamente universal, branco. Ao contrário, a diagramação foi feita com vetores extraídos de bancos de vetores de livre acesso, de modo que os elementos visuais representassem pessoas negras, marcando a ancestralidade africana da população quilombola. Os *cards* subsequentes adotaram a mesma opção, zelando para que os quilombolas se sentissem representados e respeitados (Figura 3).



Figura 3 – Cards educativos da pandemia de covid-19
Fonte: Arquivo da Malungu.

Durante todo o ano de 2020, como havia muitas incertezas quanto à evolução da pandemia, predominaram nos *cards* mensagens explicativas sobre a covid-19 e orientadoras quanto à sua prevenção, difundindo medidas como uso de máscara, higienização das mãos, distanciamento social, limpeza de objetos e ambientes de uso comum, e cuidados com idosos e crianças. Os *cards* também veicularam informações úteis, como contatos de serviços e unidades de saúde destacados para o atendimento relacionado à covid-19 em diferentes municípios e regiões do Pará; divulgaram campanhas de arrecadação de fundos; transmitiram orientações acerca do encaminhamento de denúncias de violações de direitos; e protestaram quanto às condições de enfrentamento da pandemia (Figura 4).



Figura 4 – Cards educativos da pandemia de covid-19
Fonte: Arquivo da Malungu.

As campanhas informativas realizadas com a Malungu eram muito bem recebidas no grupo de WhatsApp Quilombolas do Pará e elogiadas por líderes quilombolas no estado e fora dele. Aos poucos, os *cards* produzidos para os quilombos paraenses alcançaram outros grupos no próprio WhatsApp, outras redes sociais e até foram divulgados pela imprensa em reportagens que chamavam atenção para o protagonismo local e a importância da organização coletiva para pressionar o Estado a agir, como relata um representante da Malungu, referindo-se à inação da Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

[...] a SESPA não tinha absolutamente nada de informação acerca do monitoramento de casos entre quilombolas. Depois a gente começou a ver que a imprensa questionava a SESPA, e a SESPA mostrava dados de acompanhamento dos casos, mas os dados eram da Malungu [e] a SESPA se apropriou (entrevista de Raimundo Magno Nascimento, concedida a Luciana Carvalho).

Graças ao sucesso de suas ações, o projeto Sacaca & Malungu contra o coronavírus nas comunidades quilombolas do Pará foi selecionado em um edital da Associação Artigo 19, uma organização internacional que apoiou iniciativas de comunicação popular para o enfrentamento da covid-19, em 2021. Aquele ano, porém, começou com uma grande onda de covid-19 em estados da Amazônia, tendo sido dramaticamente emblemática a crise de desabastecimento de oxigênio nos hospitais de Manaus (AM). O Pará também sofreu graves adversidades nos primeiros meses de 2021, e alguns municípios chegaram a adotar restrições severas de circulação de pessoas até o fechamento de todos os serviços não essenciais, o chamado *lockdown*. Nesse contexto, a comunicação via *cards* passou a refletir intensamente a preocupação de conscientizar a população quilombola sobre a necessidade de seguir medidas protetivas e restritivas que, embora impopulares, eram importantes para o controle dos surtos de covid-19.

A ideia de que “a pandemia não acabou” perpassou toda a comunicação do projeto em 2021, inclusive durante as campanhas de vacinação contra a covid-19 no Pará. A educação sobre saúde, naquele período, procurava aliar esclarecimentos sobre as vacinas – postas em xeque pelo então presidente da República e outras autoridades –, estimulando a adesão às campanhas de imunização, mas também reforçando a importância de continuar adotando medidas de proteção individuais e coletivas, mesmo após a vacinação.

Percebia-se nas trocas de mensagem no grupo Quilombolas do Pará, todavia, certo desgaste das orientações relativas à prevenção, e o medo intenso responsável por estimular essas atitudes em 2020 vinha dando lugar a reações que revelavam desde o descrédito na ciência até a superestimação dos poderes dos imunizantes. Para lidar com a dificuldade de persuadir a população a continuar seguindo medidas protetivas impopulares, a equipe de comunicação propôs uma significativa alteração no estilo dos *cards*. Em lugar de curtas mensagens imperativas sem autoria definida – “use máscara”, “higienize as mãos”, “não saia de casa” etc. – optou-se por textos mais próximos da linguagem oral, mais assertivos e diretamente associados a pessoas de referência para as comunidades quilombolas, cujas ilustrações substituíram a diagramação de vetores acessíveis ao público em geral. A partir de então, Débora Marcião, ilustradora e profissional de design gráfico, tornou-se responsável, junto com uma equipe própria, pela confecção dos desenhos com auxílio de mesa digital e do *software* Photoshop.

A primeira ilustração produzida foi a da enfermeira Veridiana Nascimento, que já vinha realizando ações educativas com a Malungu desde o início da pandemia e se tornara familiar às comunidades quilombolas, apesar de os contatos com elas serem, na maioria das vezes, mediados pela internet. Um conjunto de fotografias pessoais, em diferentes poses e cenários, serviu de base aos estudos prévios à construção do personagem. Já a inspiração para os desenhos veio de cartilhas distribuídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em postos de saúde e hospitais de Santarém, nos anos 1990 e 2000, que se caracterizavam pelo estilo *comics*, isto é, de histórias em quadrinhos, que combinam linguagens escrita e visual (Figura 5).

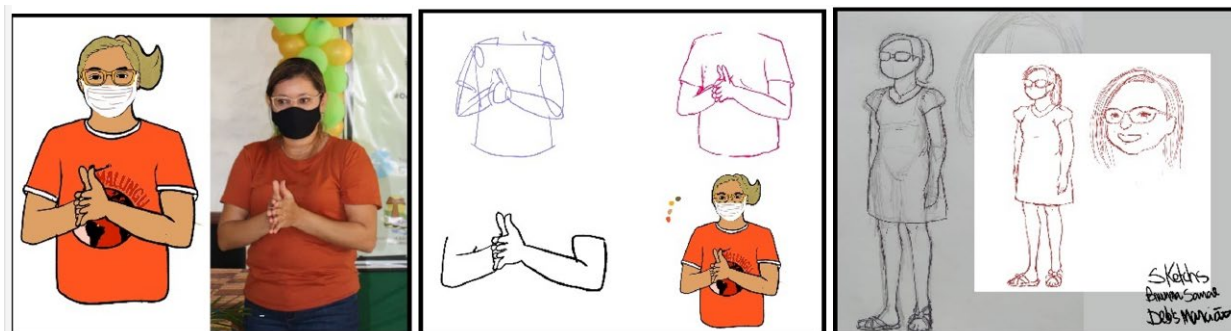


Figura 5 – Ilustração da enfermeira utilizada nas campanhas educativas
Fonte: Arquivo da Malungu.

Também foram feitos estudos de cenários, com base em fotografias de comunidades quilombolas do município de Oriximiná, no oeste do Pará, que integram o acervo particular da ilustradora. A partir desses estudos, foram selecionados elementos para inserção nos cards, tais como canoas, antenas parabólicas, casas de palafitas, pontes de madeira, árvores e crianças, entre outros, que frequentemente compõem a paisagem dos quilombos paraenses (Figura 6).



Figura 6 – Ilustração com o cenário das comunidades quilombolas
Fonte: Arquivo da Malungu.

A criação de cenários, vistos na Figura 7, assim como a inserção do logotipo da Malungu em desenhos como o da Figura 5 (na camiseta da enfermeira ilustrada), buscou representar a realidade das comunidades, promover a identificação dos quilombolas com as mensagens e assinalar o aval da Malungu às informações transmitidas.



Figura 7 - Cards educativos da pandemia de covid-19
Fonte: Arquivo da Malungu.

Como a pandemia da covid-19 passou por várias fases em 2020 e 2021, as mensagens dos cards eram atualizadas regularmente, combinadas com diversas poses e cenários. Algumas delas fizeram menção a datas específicas como o *réveillon*, quando as comunidades quilombolas recebem mais visitantes e há maior tendência a aglomerações. Outros cards referiram-se a eventos datados como a adoção do passaporte sanitário no Pará, que obrigava à apresentação de comprovantes de vacinação para ingresso em determinados espaços públicos e privados, e o início da vacinação de crianças com 12 anos ou mais (Figura 8).



Figura 8 - Cards educativos da pandemia de covid-19
Fonte: Arquivo da Malungu.

A propósito, a vacinação infantil de quem tinha de 5 a 11 anos de idade gerou violentas controvérsias entre autoridades públicas e profissionais de saúde, deixando muitos pais e responsáveis em dúvida sobre imunizar ou não suas crianças. No entanto, como algumas mães quilombolas postavam no grupo de WhatsApp fotografias de seus filhos sendo vacinados, a equipe de comunicação solicitou sua anuência para que essas crianças fossem transformadas em ilustrações a partir das imagens compartilhadas. A adesão ao pedido foi imediata, e isso deu início a uma campanha de vacinação de crianças quilombolas protagonizada por elas mesmas, com a disseminação de informações curtas e alusivas a experiências próprias e à valorização do SUS (Figura 9).



Figura 9 – Cards educativos de vacinação infantil contra covid-19
Fonte: Arquivo da Malungu.

Depois que os primeiros cards com ilustrações de crianças foram compartilhados no grupo, outros pais e mães enviaram fotos para a equipe de comunicação, com a expectativa de que suas crianças também fossem transformadas em personagens ilustrados. Vale destacar, nesse sentido, a iniciativa de um pai que, tendo em vista os receios relativos aos efeitos das vacinas em pessoas com comorbidades, disponibilizou a foto do filho, que tem síndrome de Down, para reforçar que esse público deve ser protegido pela vacina (Figura 10).



Figura 10 - Cards educativos de vacinação infantil contra covid-19
Fonte: Arquivo da Malungu.

Os cards procuraram, ainda, confrontar notícias falsas correntes sobre riscos da vacina, usando mensagens diretas e elementos visuais como um pequeno jacaré de perfil amigável, aludindo ironicamente a uma declaração do presidente da República naquele período, de que certa marca de vacina poderia transformar as pessoas em jacarés. Com essa inspiração, uma coordenadora da Malungu, que também é mãe, disponibilizou sua imagem e seu depoimento pessoal para alertar as famílias sobre o perigo das notícias falsas.

A pronta adesão dos quilombolas à proposta de ilustrar pessoas próximas ao seu universo fez com que esse recurso se tornasse constante nos cards produzidos a partir de 2021, inclusive para comunicar sobre outros assuntos, desde eventos até as eleições de 2022. Além dos personagens já mencionados, foram ilustrados outros coordenadores da Malungu, antigos líderes quilombolas do Pará e pessoas representativas do movimento negro no estado, que dão respaldo às mensagens comunicadas e tornam mais eficazes sua absorção e retransmissão.

A recepção dos cards ilustrados e distribuídos por WhatsApp, portanto, revelou quatro aspectos marcantes sobre comunicação e educação relacionadas à saúde junto a comunidades quilombolas: as mídias sociais podem ser utilizadas como ferramentas com alto potencial educativo junto a esses grupos; os cards, por mesclarem elementos textuais e visuais, podem se constituir em materiais acessíveis a leitores e não leitores; a comunicação baseada na confiança (inspirada pelos personagens ilustrados) pode produzir um cenário de maior aceitação das mensagens comunicadas; e a expressão e a representação condizente com a realidade do público com que se pretende comunicar é imprescindível. Adicionalmente, a experiência revelou que o desenvolvimento de materiais adequados ao público-alvo pode potencializar o alcance e a eficácia da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de covid-19 evidenciou nos quilombos paraenses a necessidade de iniciativas coletivas e comunitárias para enfrentamento de seus impactos negativos e levou a Malungu a lançar mão de estratégias e recursos próprios, bem como fornecidos por instituições parceiras, com o objetivo de amenizar as perdas e as privações impostas no cenário pandêmico. O enfrentamento das adversidades nesse contexto foi coordenado por um comitê composto por líderes quilombolas e colaboradores não quilombolas, que desenvolveram desde ações de arrecadação de fundos e bens necessários às comunidades, em caráter emergencial, até campanhas duradouras de educação sobre saúde através de mídias digitais.

Neste artigo foram expostas diferentes estratégias de comunicação: boletins, *podcasts*, radionovela, vídeos, faixas, banners e outros, mas destacadamente *cards* contendo textos construídos com a linguagem usual das próprias comunidades quilombolas paraenses, bem como ilustrações representativas de pessoas negras, marcando sua ancestralidade africana, e de pessoas que fazem parte do universo dessas comunidades. Para tanto, foram desenhados personagens no estilo *comics*, entre os quais uma enfermeira e líderes quilombolas, associando-se a eles mensagens com o objetivo de influenciar comportamentos adequados à manutenção da saúde individual e coletiva no contexto pandêmico.

De acordo com os comentários feitos no grupo Quilombolas do Pará, os *cards* assim ilustrados foram bem recebidos pelos líderes quilombolas, que os fizeram circular em suas comunidades. Eles conquistaram a adesão de adultos e crianças, que se identificaram com os personagens representados, independentemente do domínio da leitura, e colaboraram com o projeto fornecendo fotografias pessoais para a produção das ilustrações. O uso desse recurso foi intensificado após o início das campanhas de vacinação contra covid-19, quando era preciso tratar de controvérsias relativas aos imunizantes e reforçar, entre as comunidades, a necessidade de manter medidas impopulares como o distanciamento social e o uso de máscaras, por exemplo.

Conclui-se, dessa experiência, que as mídias sociais podem ser ferramentas educativas potencialmente úteis e eficazes para fomentar a saúde entre os quilombolas, principalmente o WhatsApp, tanto que esse canal se tornou preferencial para as ações educativas da Malungu até mesmo depois que as medidas de distanciamento foram flexibilizadas. De fato, esse aplicativo é propício à circulação de *cards* digitais compostos por elementos textuais e visuais que podem ser interpretados por leitores e não leitores.

Outra conclusão que se tira dessa experiência é que, uma vez que as mídias sociais envolvem comunicações relativamente distantes (pois não são face a face, como é usual nas comunidades quilombolas), é importante buscar estratégias para estimular a identificação do público com as mensagens comunicadas. Neste sentido, a experiência mostrou que os *cards* devem representar elementos condizentes com a realidade das pessoas a que se destinam, e que o recurso a ilustrações de personagens próximos pode favorecer o estabelecimento de uma comunicação baseada na confiança, que gera maior assimilação das mensagens comunicadas.

REFERÊNCIAS

ADHIKARI, Sasmita Poudel *et al.* Epidemiology, causes, clinical manifestation and diagnosis, prevention and control of coronavirus disease (covid-19) during the early outbreak period: a scoping review. **Infectious Diseases of Poverty**, Londres, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40249-020-00646-x>. Disponível em: <https://idpjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40249-020-00646-x?report=reader>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ALMEIDA, Maria Denise. **Elaboração de materiais educativos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4412041/mod_resource/content/1/ELABORA%C3%87%C3%83O%20MATERIAL%20EDUCATIVO.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

ARRUTI, José Maurício. Os quilombos sob a covid-19: subnotificação e necropolítica. **Nexo Políticas Públicas**, [s. l.], 14 ago. 2020. Opinião. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opinia0/2020/Os-quilombos-sob-a-covid-19-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-e-necropol%C3%ADtica>. Acesso em: 27 set. 2020.

BARBOSA, Cristiane Clébia. Apropriação das Mídias Sociais como recurso no processo ensino-aprendizagem. In: SIMPÓSIO DE HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3., 2010, Recife. **Anais** [...]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. p. 1-13. Disponível em: <https://silo.tips/download/apropriacao-das-midias-sociais-como-recurso-no-processo-ensino-aprendizagem>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Artigo 196. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/920107/artigo-196-da-constituicao-federal-de-1988/artigos>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/glossario_gestao_trabalho_2ed.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 4, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 8 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14021.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o,aos%20demais%20povos%20e%20comunidades. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Casos notificados e confirmados de covid-19 em membros de povos quilombolas. **Boletim epidemiológico covid-19: comunidades tradicionais e povos quilombolas**, Brasília, DF, p. 1-14, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-covid-19-no-1-comunidades-tradicionais-e-povos-quilombolas>. Acesso em: 10 out. 2022.

CALDEIRA, Andreia Juliana Rodrigues; SANTOS, Maria João. Uso da história em quadrinhos como ferramenta de divulgação do conhecimento sobre Anisakis spp. e formas de prevenção da anisakiase, em evento de divulgação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 686-703, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i3.2461>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2461>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de *et al.* Direito ao território quilombola na Amazônia e a pandemia: as experiências da Malungu na vigilância comunitária em saúde para defesa da vida e do território. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 102-124, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/insurgencia.v7i1.35489>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/35489>. Acesso em: 8 mar. 2021.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de *et al.* Para uma doença emergente, uma organização insurgente: experiências quilombolas de enfrentamento da pandemia de covid-19 no Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 7, n. 18, p. 145-160, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p145-160>. Disponível em: <http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/470>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FALKENBERG, Mirian Benites *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 847-852, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n3/847-852>. Acesso em: 8 dez. 2022.

FENNER, André Luiz Dutra *et al.* **Saúde dos povos e populações do campo, da floresta e das águas: a Fiocruz e sua atuação estratégica na temática de saúde e ambiente relacionada aos povos e às populações do campo, da floresta e das águas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43275>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FREITAS, Daniel Antunes *et al.* Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista Cefac**, Campinas, v. 13, n. 5, p. 937-943, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000033>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/fYdFrbrz5YHsqgyqTxj9QhR/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2023.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um *continuum* colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. e180519, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n2/e180519>. Acesso em: 8 dez. 2022.

LANA, Raquel Martins *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. e00019620, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sHYgrSsxqKTZNK6rJVpRxQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

LIMA, Carolina Palmeiro *et al.* Estratégias de comunicação em saúde mental em tempos de pandemia. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 119-132, 2021. DOI: <https://doi.org/10.32811/25954482-2021v4n1p119>. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rsp/article/view/468>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LOPES, Ivonete da Silva; CAETANO, Lindemberg Ribeiro; CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 16, n. 3, p. 28-48, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.54383>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/54383>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MOROSINI, Márcia Valéria; FONSECA, Angélica Ferreira; PEREIRA, Isabel Brasil. Educação em saúde. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 155-162.

NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso. Morte, luto e cultura quilombola. *In*: CARVALHO, Luciana Gonçalves de; NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso; NASCIMENTO, Veridiana Barreto do (org.). **Vulnerabilidade histórica e futura das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. Belém: NUMA/UFPA, 2021. p. 255-259. *E-book*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Rjrqr8fvsCgjCtwurl-jK5nmgySgoN23y/view>. Acesso em: 13 nov. 2023.

NASCIMENTO, Veridiana Barreto do; ARANTES, Ana Carolina Vitorio, CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. e210024pt, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210024pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bpGG5WYHpqhGZXzHT8n7XRq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2023.

OLIVEIRA, João Carlos de. A importância da informação e da comunicação na pandemia de coronavírus: estratégias da promoção da saúde. **Portal de Notícias da UFU**, Uberlândia, 7 maio 2020. Notícias. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2020/05/importancia-da-informacao-e-da-comunicacao-na-pandemia-de-coronavirus-estrategias>. Acesso em: 3 fev. 2023.

PEREIRA, Rosilene; MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas. Acesso e utilização dos serviços de saúde da população negra quilombola: uma análise bibliográfica. **Odeere**, Jequié, v. 5, n. 10, p. 280-303, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7883161>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SIMONARD, Pedro *et al.* Um estudo sobre a implementação do Programa Brasil Quilombola nos povoados Ribeira e Tabacaria, Alagoas. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, v. 12, n. 1, p. 231-252, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.7835>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/7835>. Acesso em: 2 fev. 2023.